



**Simulado de Direito Processual Penal  
(CESPE/DEPEN/2013)**

**01) Em regra, a norma processual penal prevista em tratado e(ou) convenção internacional, cuja vigência tenha sido regularmente admitida no ordenamento jurídico brasileiro, tem aplicação independentemente do Código de Processo Penal.**

Comentário:

<b>Aplicação da Lei Processual</b>
<b>Lei Processual Penal no Espaço</b>
- A <b>lei processual</b> vigora em <b>determinado lugar</b> e em <b>determinado momento</b> .
- CPP/41. Art. 1º O <b>processo penal</b> reger-se-á, em <b>todo o território brasileiro</b> , por este Código, <b>ressalvados</b> :
<b>I - os tratados, as convenções e regras de direito internacional;</b>
II - as <b>prerrogativas</b> constitucionais do <b>Presidente da República, dos ministros de Estado</b> , nos crimes conexos com os do <b>Presidente da República</b> , e dos <b>ministros do Supremo Tribunal Federal</b> , nos crimes de <b>responsabilidade</b> (Constituição, arts. 86, 89, § 2º, e 100); (Jurisdição Política)
III - os processos da competência da <b>Justiça Militar</b> (e também eleitoral);
IV - os processos da <b>competência do tribunal especial</b> (Constituição, art. 122, no 17);
V - os processos por <b>crimes de imprensa</b> . (Vide ADPF nº 130)
Parágrafo único. <b>Aplicar-se-á</b> , entretanto, este Código aos processos referidos nos nos. <b>IV e V</b> , quando as <b>leis especiais</b> que os regulam <b>não dispuserem de modo diverso</b> .
- O <b>CPP</b> adotou, como regra, o <b>princípio da territorialidade</b> , que estabelece que a <b>Lei</b> produzirá seus efeitos <b>dentro do território nacional</b> . Desta forma, o <b>CPP</b> aplica-se apenas aos <b>atos processuais que estejam em território nacional</b> .
- <b>Não é admissível</b> a existência de <b>Códigos Processuais Estaduais</b> , pois compete <b>privativamente a União legislar sobre o direito processual</b> .
CF/88. Art. 22. Compete <b>privativamente</b> à União legislar sobre:
I - direito civil, comercial, penal, <b>processual</b> , eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Gabarito: Correto.

**(CESPE/DPE-RN/2015)**

**02) A lei processual penal veda a interpretação extensiva para prejudicar o réu.**

Comentário:

CPP/41. Art. 3º A lei processual penal admitirá **interpretação extensiva** e **aplicação analógica**, bem como o **suplemento dos princípios gerais de direito**.

Gabarito: Errado.

**(FCC/TJ-SE/2009)**

**03) São características do Inquérito Policial: oficialidade e indisponibilidade.**

Comentário:

<b>Características do IP</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Sigiloso;</li> <li>* Escrito;</li> <li>* Inquisitorial;</li> <li>* Discricionário;</li> <li>* Oficioso;</li> <li>* Indisponibilidade;</li> <li>* Dispensável;</li> <li>* Oficialidade.</li> </ul>
<b>Mnemônico: SEI DOIDO</b>

Gabarito: Correto.

**(CESPE/PC-GO/2016)**

**04) O ofendido e o indiciado não poderão requerer diligências no curso do IP.**

Comentário:

<b>Requerimento de Diligências pelo Ofendido e Indiciado</b>
- CPP/41, Art. 14. O <b>ofendido</b> , ou seu <b>representante legal</b> , e o <b>indiciado</b> poderão <b>requerer qualquer diligência</b> , que será realizada, <b>ou não</b> , a <b>juízo da autoridade</b> .



- A **Autoridade Policial**, em regra, **não é obrigada** a realizar a **diligência**, porém, se tratando de **exame de corpo delito**, a **diligência é obrigatória**;
- CPP/41, Art. 158. Quando a **infração** deixar **vestígios**, será **indispensável** o **exame de corpo de delito, direto ou indireto**, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Gabarito: Errado.

(FCC/DPE-RR/2015)

**05) No tocante à ação penal de iniciativa pública condicionada:**

O prazo de seis meses para o oferecimento da representação é contado, em regra, do dia em que se consumou o delito.

Comentário:

CPP/41, Art. 38. **Salvo** disposição em contrário, o **ofendido**, ou **seu representante legal**, **decairá** no direito de **queixa ou de representação**, se **não** o **exercer** dentro do prazo de **seis meses**, contado do **dia em que vier a saber quem é o autor do crime**, ou, no caso do art. 29, do **dia em que se esgotar** o prazo para o **oferecimento** da denúncia.

Gabarito: Errado.

(FCC/SEGEP-MA/2016)

**06) Em tema de ação penal privada, correto afirmar que o perdão do ofendido independe de aceitação.**

Comentário:

Perdão
- É um ato <b>bilateral</b> ;
- CPP/41, Art. 51. O <b>perdão</b> concedido a um dos <b>querelados (autor do crime)</b> aproveitará a todos, <b>sem que produza</b> , todavia, <b>efeito</b> em relação <b>ao que o recusar</b> .
- CPP/41, Art. 58. Concedido o perdão, mediante <b>declaração expressa</b> nos autos, o <b>querelado</b> será <b>intimado</b> a dizer, dentro de <b>três dias</b> , <b>se o aceita</b> , devendo, <b>ao mesmo tempo</b> , ser cientificado de que o <b>seu silêncio importará aceitação</b> .
Parágrafo único. <b>Aceito o perdão</b> , o juiz julgará <b>extinta a punibilidade</b> .
- O <b>perdão</b> apresentado a um dos criminosos <b>se estende a todos</b> ;
- O <b>perdão</b> pode ser <b>expresso ou tácito</b> ;
- Sendo <b>expresso</b> , deve ser através da <b>manifestação expressa do querelante</b> perdoando o querelado;
- Sendo <b>tácito</b> , ocorre a partir de um <b>ato incompatível</b> de processar o autor do crime;
- O <b>perdão</b> pode ser <b>Judicial (ocorre dentro do processo)</b> ou <b>Extrajudicial (acontece fora do processo)</b> ;
- O <b>perdão</b> pode ser aceito <b>pessoalmente</b> ou por <b>procurador com poderes especiais</b> ;

Gabarito: Errado.

(CESPE/PF/2018)

**07) Na falta de perito oficial para realizar perícia demandada em determinado IP, é suficiente que a autoridade policial nomeie, para tal fim, uma pessoa idônea com nível superior completo, preferencialmente na área técnica relacionada com a natureza do exame.**

Comentário:

CPP/41, Art. 159. O **exame de corpo de delito** e outras **perícias** serão realizados por **perito oficial**, portador de diploma de curso superior.

§ 1º Na falta de **perito oficial**, o exame será realizado por **2 (duas) pessoas idôneas**, portadoras de diploma de curso superior **preferencialmente** na **área específica**, dentre as que tiverem **habilitação técnica** relacionada com a **natureza do exame**.

Gabarito: Errado.

(IBADE/SEJUDH-MT/2017)

**08) O flagrante impróprio ou quase flagrante, nos termos do Código de Processo Penal, ocorre quando o indivíduo: é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.**

Comentário:

Flagrante Impróprio, Irreal ou Quase-flagrante
- É a <b>perseguição do indivíduo</b> em situação que faça <b>presumir ser autor da infração</b> ;
- CPP/41, Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:



III - é **perseguido**, logo após, pela autoridade, pelo **ofendido** ou por qualquer pessoa, em situação que faça **presumir ser autor da infração**;

**Gabarito:** Correto.

(NC-UFPR/TJ-PR/2019)

**09) Sobre a prisão em flagrante, responda:**

A comunicação da prisão ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso, ou à pessoa por ele indicada, deve ser feita em até 24 horas.

**Comentário:**

CPP/41. Art. 306. A **prisão de qualquer pessoa** e o **local** onde se encontre serão **comunicados imediatamente ao juiz competente**, ao **Ministério Público** e à **família do preso** ou à **pessoa por ele indicada**.

§ 1º Em **até 24 (vinte e quatro) horas** após a realização da prisão, será encaminhado ao **juiz competente** o auto de **prisão em flagrante** e, caso o autuado **não informe o nome de seu advogado**, **cópia integral** para a **Defensoria Pública**.

§ 2º No **mesmo prazo**, será **entregue ao preso**, mediante **recibo**, a **nota de culpa**, assinada pela **autoridade**, com o **motivo da prisão**, o **nome do condutor** e os **das testemunhas**.

**Gabarito:** Errado.

(INSTITUTO AOCP/PC-ES/2019)

**10) Dar-se-á a formação completa do processo quando citado o acusado.**

**Comentário:**

CPP/41, Art. 363. O **processo** terá **completada a sua formação** quando realizada a **citação do acusado**.

Processo
- É uma <b>sequência ordenada de atos</b> que se <b>encadeiam</b> numa <b>sucessão lógica</b> e com o fim de possibilitar, ao <b>juiz</b> , o <b>juízo</b> . <sup>1</sup>
- É uma <b>série sucessiva de atos</b> coordenados para um fim <b>determinado</b> voltado para a <b>atividade jurisdicional</b> .
- O <b>Processo penal</b> pode ter <b>início</b> pela <b>iniciativa do M.P.</b> , nas <b>ações penais públicas</b> ou por <b>iniciativa do ofendido</b> , nas <b>ações penais privadas</b> ;
Procedimento
- É o <b>rito utilizado no processo</b> .
- É uma <b>atividade administrativa</b> que se desenvolve através de uma <b>série de atos</b> .
<b>Fonte</b> <sup>1</sup> : TORNAGHI, Hélio. A relação processual penal. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 1

**Gabarito:** Correto.